

TCC/UNICAMP
Y14i
IE/2625

Ricardo de Medeiros Carneiro
Sayuri Yamamoto



1290002625



IE

TCC/UNICAMP Y14i

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPIN

Instituto de Economia

PROJETO FINAL DE MONOGRAFIA

A influência dos ciclos econômicos no mercado de trabalho brasileiro: um estudo comparativo dos anos 1994-2002

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Prof. Dr. Ricardo de Medeiros Carneiro

(I.E. – UNICAMP)

ALUNO: Raphaela Sayuri Yamamoto (I.E. – Unicamp)

Campinas, dezembro de 2005

Campinas, dezembro de 2005

CEDOC/IE

ÍNDICE

1. Introdução.....	Página 3
2. Metodologia.....	Página 4
3. Teorias do Mercado de Trabalho: a relação Salário x Emprego.....	Página 6
3.1 A abordagem neoclássica pré-Keynes	
3.2 A visão da Teoria Geral de Keynes	
3.3 Da Síntese Neoclássica aos Novos-Clássicos	
3.4 Teoria do emprego Pós-Keynesiana	
4. Contexto Macroeconômico do período.....	Página 18
5. Mercado de Trabalho no Brasil na década de 90.....	Página 23
5.1 Característica do mercado de trabalho brasileiro	
5.2 A nova dinâmica do mercado de trabalho	
5.3 Emprego industrial no Brasil no período de 1994 a 2002	
5.4 Emprego formal no Brasil	
6. Considerações finais.....	Página 38
7. Bibliografia.....	Página 40

1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro sofreu inúmeras transformações ao longo da década de 90, sobretudo devido ao processo de abertura econômica e ao novo modelo de política macroeconômica adotado. Apesar dos períodos de crescimento econômico observados, o mercado de trabalho não se recuperou como era esperado e as taxas de desemprego tornaram-se cada vez mais preocupantes.

O objetivo deste estudo é, através da análise da evolução dos dados de nível de emprego no Brasil, analisar a *performance* do mercado de trabalho nos períodos de 1994 a 2002. Para isto, é importante analisar as razões pela qual o mercado de trabalho não reagiu instantaneamente ao crescimento econômico no período citado anteriormente.

Assim, pretende-se fazer um resumo da evolução de variáveis importantes do mercado de trabalho de modo a caracterizar o cenário de baixo dinamismo do nível de emprego a despeito dos mini-ciclos de crescimento econômico e industrial.

Este trabalho está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na primeira seção pretendemos mostrar a metodologia utilizada no debate sobre o mercado de trabalho. Além de uma análise sobre os principais indicadores analisados, mostraremos também as principais fontes de informações.

Trataremos na segunda seção da interpretação da teoria econômica sobre o mercado de trabalho, isto é, serão mostrados os diferentes modelos de interpretação teórica, sobretudo as abordagens neoclássica e keynesiana sobre mercado de trabalho.

Na terceira seção pretende-se fazer uma contextualização do período com a exposição do modelo de política econômica adotado e a situação das principais variáveis macroeconômicas. Esta análise é de fundamental importância já que o período estudado vivenciou dois momentos distintos de política econômica e isto causa um impacto relevante no mercado de trabalho.

Na quarta seção pretende-se analisar, em linhas gerais, o mercado de trabalho no Brasil e nas principais regiões metropolitanas na década de 90, incluindo as peculiaridades da nova dinâmica desse mercado, a situação do emprego industrial e do emprego formal. Neste item pretende-se discutir as conseqüências da reestruturação produtiva e do arranjo de política macroeconômica, à luz das teorias analisadas anteriormente.

Por fim, será feita uma conclusão sobre o novo cenário do mercado de trabalho na década de 90. Para tanto, será feita uma análise mais geral sobre as alterações da inserção produtiva brasileira diante da força da globalização e possíveis possibilidades que se abrem ao país.

2. METODOLOGIA

Antes de entrar no debate sobre mercado de trabalho, é importante apresentar os principais indicadores, seus significados e seu alcance. Além disso, é importante listar as principais fontes de informações sobre mercado de trabalho.

O debate sobre o mercado de trabalho é muito influenciado pela forma na qual ocorreu o avanço da organização social no capitalismo moderno. Entre eles está a idade de entrada e saída do mercado de trabalho. Muitos critérios passaram a regular a saída da população na vida produtiva. Entre eles destaca-se a extensão dos programas previdenciários que limitou a participação da porção mais idosa da população no mercado de trabalho (acima de 65 anos). A idade mínima legalmente estabelecida para entrada no mercado de trabalho é de 16 anos.

Alguns conceitos chaves, como PIA e PEA, devem ser definidos antes de entrarmos na discussão propriamente dita. Segundo a nova metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, População em Idade Ativa (PIA), é àquela parte da população que compreende as pessoas de 10 anos ou mais de idade na semana de referência.

Apenas uma parcela da PIA está disponível a realizar uma atividade produtiva. Este subgrupo da PIA é denominado População Economicamente Ativa (PEA), que conforma a oferta de trabalho em confronto direto com a demanda de trabalho. Ela é composta por pessoas ocupadas (PO) e pessoas em situação de desemprego (PD). A condição de ocupação abrange o regime de trabalho assalariado, trabalho independente e empregador.

Os regimes de trabalho podem ser formais – submetidos a normas legais que regem a atividade econômica e o mercado de trabalho – ou informais – compostos por trabalhadores assalariados que realizam sua atividade fora do amparo legal.

Desempregados são aqueles que não exercem uma atividade produtiva e estão à procura de trabalho. A Fundação SEADE e o DIEESE classificam o desemprego em: aberto (nº total de pessoas que não realizaram qualquer tipo de trabalho remunerado e que procuraram emprego nos últimos trinta dias) ou oculto. O desemprego oculto é subdividido entre: oculto por trabalho precário (pessoas que exerceram algum tipo de trabalho de maneira descontínua e irregular e que procuraram emprego nos últimos trinta dias) e oculto por desalento (pessoas que procuraram trabalho nos últimos doze meses, mas que não procuraram nos últimos trinta dias).

Instituto de Economia

Alguns indicadores são utilizados para que se possa analisar o mercado de trabalho. Dentre estes se destaca a taxa de participação econômica (que é uma relação entre a PEA e a PIA e que permite quantificar o volume relativo de população que se encontra no mercado de trabalho), a taxa de ocupação (que expressa a participação da população ocupada na PEA) e a taxa de desemprego (participação da população desempregada na PEA).

O principal indicador de desemprego é uma relação entre a população em situação de desemprego aberto (com procura e não trabalho nos últimos sete dias) com a PEA, que mostra a parcela de pessoas presentes no mercado de trabalho sem qualquer atividade produtiva.

As pessoas ocupadas no mercado de trabalho recebem uma remuneração monetária dada sob as seguintes formas: salários (pagos aos trabalhadores manuais), ordenados (pagos aos assalariados não-manuais), pró-labore (remuneração dos empregadores) e variável (dos trabalhadores independentes e profissionais liberais). É muito importante diferenciar a remuneração nominal da remuneração real, visto que a remuneração do ocupado deve corresponder a um determinado poder de compra que pode ser corroído em casos de alta inflação ou mesmo quando as remunerações são estabelecidas para um período superior àqueles conhecidos para a fixação dos preços dos bens e serviços.

As fontes de informação sobre emprego, ocupação e renda podem ser domiciliares, originadas de estabelecimentos ou empresa e através de registro administrativo.

Dentre os levantamentos domiciliares no Brasil destaca-se o Censo Demográfico (realizado no último ano de cada década e que cobre todo o país) e a Pesquisa por Amostra de Domicílios – PNAD (com menor abrangência espacial e que investiga os diversos regimes de trabalho), ambos realizados pelo IBGE. Complementar a essas duas pesquisas está a Pesquisa Mensal de Emprego por amostra – PME (realizada em seis regiões metropolitanas, fornece indicadores sobre o desempenho conjuntural desses mercados de trabalho). Há também a Pesquisa de Emprego e Desemprego por amostra – PED, levantamento mensal, realizado nos mercados metropolitanos de trabalho, coordenada pelo SEADE e DIEESE.

O IBGE produz periodicamente três tipos de levantamentos relacionados às pesquisas por estabelecimentos: Censos Econômicos Setoriais – CE (informações nos estabelecimentos com mais de cinco empregados), Pesquisa Industrial Anual – PIA e Pesquisa Industrial Mensal – PIM (avalia a evolução conjuntural e global do nível de emprego e da remuneração média do setor).

No tocante as informações levantadas por registros administrativos, destacam-se a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e o Cadastro Geral de Empregados – CAGED (com o objetivo de fornecer informações mensais e atualizadas sobre a flutuação do emprego formal).

Enfim, há um grande número de fontes de informações sobre mercado de trabalho no Brasil. Apesar dos dados não serem padronizados eles são passíveis de comparação e é possível fazer uma análise rica em detalhes com estas informações disponíveis. Na seção 4 deste trabalho estes dados serão analisados com mais cuidado.

3. TEORIAS DO MERCADO DE TRABALHO: A RELAÇÃO SALÁRIO X EMPREGO

Antes de entrar no debate atual sobre o mercado de trabalho, é importante analisar as diferentes abordagens da teoria econômica sobre o tema mercado de trabalho já que é de fundamental importância explicitar as diferentes visões para a questão do desemprego e os diferentes receituários. A partir da teoria econômica é possível apontar as implicações das transformações ocorridas no mercado de trabalho na década de 90.

3.1 A ABORDAGEM NEOCLÁSSICA PRÉ-KEYNES

Até o lançamento da teoria Geral de Keynes¹ era consensual que o debate do desemprego se localizava no mercado de trabalho, isto é, movimentos das curvas de oferta e demanda por trabalho, via salários reais e volume de empregos, determinavam a taxa de desemprego.

O resultado esperado é o pleno emprego, dado que o livre mercado elimina automaticamente o desemprego involuntário. O desemprego é um caso atípico de desequilíbrio no mercado de trabalho e deriva do fato de os salários reais estarem muito elevados, acima de seu nível de equilíbrio, ou deles teriam crescido muito em relação aos ganhos de produtividade.

Neste sentido, somente fatores exógenos poderiam explicar o mau funcionamento do mercado de trabalho, por exemplo, um problema da oferta de mão-de-obra ou existência de alguma rigidez na função de oferta de trabalho ou problema de informações imperfeitas. Assim, a ação mais eficiente para eliminar os desequilíbrios que geram o desemprego involuntário é flexibilizar o mercado de trabalho.

Portanto, como foi bem observado por Amadeo (1990)², para a teoria neoclássica, o problema de desemprego deve ser passageiro e de curto prazo, uma vez que os mecanismos automáticos de mercado o eliminariam rapidamente.

¹ KEYNES, J.M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro – cap. 2

O autor mostra que as hipóteses utilizadas pelos neoclássicos neste modelo são: preços e salários flexíveis e concorrência pura. A posição de equilíbrio no mercado de trabalho determina o nível de produto de curto prazo, isto é, um equilíbrio ótimo no mercado de bens, a partir do qual se pode encontrar o nível de preços no mercado monetário.

Esta análise conclui que os trabalhadores são os responsáveis pelo desemprego ou pleno emprego. Se o salário real estiver acima do salário de equilíbrio isto produzirá desemprego de mão-de-obra e também de capital, visto que a economia funcionará abaixo de sua capacidade. A definição do salário real depende do poder de organização dos trabalhadores.

Um salário real muito alto impede a criação de empregos porque impõe restrições à produção no mercado de bens. Ou seja, não é o produto ou a demanda que determinam o emprego e sim este que determina o produto, através do salário real. Logo, o mercado de trabalho é essencial e determinante, uma vez que se ele não se equilibrar desequilibram-se os outros mercados e perturba-se a economia.

No capítulo 2 da Teoria Geral, Keynes faz um grande apanhado sobre esta teoria clássica do emprego, baseada em dois postulados centrais: o primeiro relativo à curva de demanda por trabalho, prega que o salário é igual ao produto marginal do trabalho e o segundo, relativo à oferta de trabalho, afirma que “a utilidade do salário, quando se emprega um dado volume de trabalho, é igual a desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego”. Este último postulado admite a existência do desemprego friccional e voluntário, porém além dessas duas categorias de desemprego, os postulados clássicos não admitem a possibilidade de desemprego involuntário.

A curva de demanda por trabalho é idêntica à curva que relaciona um determinado nível de emprego à sua produtividade marginal. Dado que os rendimentos marginais são decrescentes, esta curva é negativamente inclinada.

A curva de oferta de trabalho deriva do processo de maximização de utilidade de um indivíduo representativo, isto é, o agente escolhe entre a quantidade de lazer a qual está disposto a renunciar para auferir rendimentos que tornarão factível seu consumo, dada a estrutura de preços da economia. A curva de oferta de trabalho agregada seria a soma de todas as curvas individuais

É amparada nestes dois postulados que a teoria clássica determina o volume dos recursos empregados. Visto que o primeiro postulado determina a procura de mão-de-obra e o segundo dá a dimensão da oferta, o volume de emprego é assim dado pelo ponto de intersecção entre a utilidade do produto marginal e a desutilidade do emprego marginal. Estas duas curvas determinam o nível de

emprego e de salário real. Transportando-se o nível de emprego que equilibra o mercado de trabalho para a função de produção, determina-se o nível de produto de equilíbrio.

De acordo com Keynes, a determinação do volume dos recursos empregados não é tão simplificada quanto propõe a Teoria Clássica, vide que de um modo geral a população raramente encontra tanto trabalho quanto desejaria na base do salário corrente, portanto, o desemprego involuntário é um fenômeno concreto que pode assumir grandes dimensões. No mais, a experiência comum mostra que na maior parte dos casos a mão-de-obra estipula dentro de certos limites um salário nominal e não real, ainda que resista a uma redução do seu salário nominal, o trabalhador não costuma abandonar o trabalho a cada alta dos preços de sua cesta de consumo. Da mesma forma, não se pode afirmar, por falta de dados empíricos, que o desemprego característico dos períodos de recessão deva-se à recusa da mão-de-obra em aceitar uma diminuição dos salários nominais.

Se os salários reais fossem um mínimo abaixo dos quais os trabalhadores se recusassem a trabalhar, o único desemprego involuntário que existiria seria o friccional. Contudo, no geral, uma quantidade de mão-de-obra superior a atualmente empregada se oferece ao salário nominal vigente, mesmo quando se verifica uma alta no preço dos bens de consumo operário e, portanto, decresce o salário real. No mais, a teoria clássica sustenta que os acordos entre operários e empresários para a fixação do salário nominal determinam também o salário real, de tal modo que os seria possível fazer coincidir os seus salários reais com a desutilidade marginal do volume de emprego oferecido pelos empregadores ao referido salário. Cabe ressaltar que as conclusões da teoria clássica pretendem-se aplicáveis a mão-de-obra em seu conjunto, sendo que os trabalhadores sempre possuem condições de fixarem seu próprio salário real no nível correspondente ao pleno emprego dos fatores produtivos.

Keynes assume duas grandes objeções contra o segundo postulado da teoria clássica. Primeiramente ele contesta a forma como esta teoria padroniza o comportamento dos trabalhadores, afirmando que efetivamente, eles se comportam de outra maneira. A segunda objeção decorre da rejeição da hipótese de que o nível geral dos salários reais possa ser diretamente determinado pelo caráter das negociações sobre os salários.

Para este autor, a competição gerada em torno dos salários nominais tem forte influencia na forma pela qual se distribui o salário real global entre os diferentes grupos de trabalhadores. Neste sentido, a união entre os trabalhadores de determinado grupo tem por fim proteger o seu salário real relativo, sendo então, que o nível geral dos salários reais depende de outras forças do sistema econômico.

Em contestação à teoria clássica e seus postulados, Keynes constrói a definição de desemprego involuntário:

“Existem desempregados involuntários quando, no caso de uma ligeira elevação dos preços dos bens de consumo operário, relativamente aos salários nominais, tanto a oferta global de mão-de-obra disposta a trabalhar pelo salário nominal corrente como a procura global da mesma ao dito salário são maiores que o volume de emprego existente”.

Assim sendo, pleno emprego corresponde a existência de um estado de inexistência de desemprego involuntário que, portanto, não exclui a existência de desemprego friccional ou voluntário. Visto isto, a teoria clássica só é aplicável ao caso do pleno-emprego, mesmo porque não há nela a noção de desemprego involuntário que não o friccional.

Há em Keynes uma concordância em relação ao primeiro postulado da doutrina clássica:

“Num certo estado de organização, equipamento e técnica, os salários reais e o volume de produção (e, portanto do emprego) estão correlacionados, de tal modo que, um aumento do emprego só pode ocorrer simultaneamente com um decréscimo da taxa de salários reais”.

Enfim, Keynes faz no capítulo da Teoria Geral uma releitura da teoria neoclássica, denominada por ele de clássica. Como pôde ser percebido até agora, a teoria neoclássica adota como ponto de partida para sua análise o mercado de trabalho. Desse modo, é fundamental estudar as curvas de oferta e demanda por trabalho.

3.2 A VISÃO DA TEORIA GERAL DE KEYNES

Como foi observado por Amitrano (2004)³, na Teoria Geral, Keynes desloca o problema da determinação do nível de emprego do mercado de trabalho para o mercado de bens. O autor faz isso ao negar a relação existente entre a curva de oferta de trabalho e o salário real e ao estabelecer um elemento teórico inovador, o Princípio da Demanda Efetiva.

³ AMITRANO, C.R. Desemprego nos EUA e no G-4: abordagens e evidências. IX ENEP, 2004.

Instituto de Economia

Para fundamentar este raciocínio, Keynes propõe hipóteses divergentes daquelas expostas pelos neoclássicos como: a possibilidade de equilíbrio com desemprego, dada uma taxa de salário nominal e, a existência do desemprego involuntário. Ambas serão brevemente tratadas aqui.

Ao desenvolver a teoria do emprego a partir do mercado de bens Keynes analisa duas novas funções: a função de oferta agregada (Z) e a função de demanda agregada (D). A função de oferta agregada relaciona as receitas de vendas esperadas pelos empresários e o volume de emprego a ser contratado. A função de demanda deriva do postulado que diz que “o salário real é igual ao produto marginal do trabalho” e relaciona os gastos desejados pelos agentes para cada nível de emprego observado.

Macedo e Silva (2003)⁴ mostra que o raciocínio de Keynes, diferentemente da visão neoclássica, se embasa na independência entre a determinação do salário nominal e a existência de uma função de oferta de trabalho que reflita as preferências dos trabalhadores. Para o autor os trabalhadores não podem determinar o salário real, apenas podem interferir no salário nominal. Ele explica que, ainda que os trabalhadores levem em conta os preços esperados para negociarem os aumentos salariais, eles não abandonariam seus empregos caso houvesse uma elevação dos preços de bens salários.

Este raciocínio pode ser resumido da seguinte maneira:

“Os trabalhadores fixam o salário nominal com a intenção de manter ou elevar o salário real e de satisfazer suas preferências, mas, uma vez determinado o salário, a função de oferta determina apenas o montante máximo de unidades de trabalho a serem oferecidas”.

A partir das duas funções definidas por Keynes é possível encontrar apenas um ponto de equilíbrio, no qual a demanda agregada e a oferta agregada são iguais, é o ponto de demanda efetiva. O nível de emprego determinado pela demanda efetiva não coincide com pleno emprego. Portanto, é possível uma situação de equilíbrio com desemprego, sendo o pleno emprego uma situação esporádica.

Esta discussão reproduz a possibilidade de equilíbrio com desemprego. É importante analisar a questão da existência do desemprego involuntário. O autor o justifica a partir da hipótese de que a

⁴ MACEDO E SILVA, A.C. A economia de Keynes e a “Armadilha do equilíbrio” in Sicsu, J. e Lima, G. (org). A macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e keynesianismo – pg. 360 a 368. Ed. Manole, 2003.

disposição dos trabalhadores em aceitar variações nos salários nominais para equilibrar o mercado de trabalho não implica necessariamente um movimento rumo ao pleno emprego.

Para Keynes, a teoria clássica acredita que o sistema econômico é capaz de se auto-ajustar, e a causa dos desajustamentos pode ser buscada na rigidez de alguns de seus elementos. Em linhas gerais, os clássicos defendem a fluidez dos salários nominais, de forma que uma redução nos salários nominais, com tudo o mais constante, faz estimular a demanda ao fazer baixar o preço dos produtos acabados, com reflexos diretos no aumento da produção e do emprego. Sendo assim, uma redução dos salários nominais não afetará a demanda.

No capítulo 19 da Teoria Geral, Keynes se propõe a resolver uma questão indispensável para este debate: os efeitos da redução dos salários nominais no volume de emprego. Neste capítulo, Keynes abandona a suposição de que os salários são fixos no período de produção. Keynes afirma que o volume de emprego depende unicamente da demanda efetiva (que nada mais é do que a soma do consumo provável e do investimento esperado), logo, não pode variar se a propensão a consumir, a curva da eficiência marginal do capital e a taxa de juros permanecerem constante. Ele refuta a idéia de que uma redução dos salários nominais aumente o emprego ao reduzir o custo de produção. Sendo assim, a perspectiva de que uma redução dos salários nominais possa atuar favoravelmente sobre o emprego deve basear-se principalmente numa melhoria do investimento devido a um aumento na eficiência marginal do capital ou numa taxa menor de juros.

Com base no raciocínio do autor, não se pode esperar que uma política de salários flexíveis possa manter um estado permanente de pleno emprego, visto que o sistema econômico não possui a propriedade do auto-ajuste. Se, num quadro de redução gradual do emprego, o trabalhador respondesse ofertando seus serviços por um salário nominal cada vez mais baixo, não implicaria diminuição dos salários reais, ou melhor, estes até poderiam aumentar devido a sua influência sobre o volume de produção, contudo, neste cenário a instabilidade de preços seria conflitante, por isso o autor contesta a eficácia da política de salários flexíveis.

Quando se assegura via legislação a fixidez dos salários reais, há assegurado um certo volume de emprego correspondente, neste sentido o emprego seria constante e os salários nominais e os preços oscilariam rapidamente na medida justa para manter o investimento na cifra conveniente. Dadas essas conclusões, o autor defende que para um regime fechado, a manutenção de um nível geral estável de salários nominais é a política mais aconselhável. Mesmo num sistema aberto esta política torna-se aconselhável, desde que o equilíbrio com o resto do mundo possa ser assegurado pelas variações do câmbio.

3.3 DA SÍNTESE NEOCLÁSSICA AOS NOVOS-CLÁSSICOS

3.3.1 A “neoclassização” da teoria keynesiana

O texto de Ferrari (2003)⁵ defende que a síntese neoclássica surgiu como uma opção à teoria clássica, com a incorporação de algumas conclusões keynesianas. Ela faz uma análise de curto prazo tomando como dados a eficiência marginal do capital, a oferta monetária e os salários nominais. Através do estudo dos equilíbrios nos mercados de bens e monetário são construídas as curvas IS e LM que, concomitantemente, geram um equilíbrio geral (em ambos os mercados). Este ponto de equilíbrio não é necessariamente o ponto de pleno emprego. É admitido o desemprego no curto prazo.

No texto de Ferrari (2003), estes modelos são chamados de “neoclassização” da teoria keynesiana já que utilizam a proposição keynesiana de que o desemprego involuntário existe, mas o tratam como um caso particular da teoria clássica, isto é, ele ocorre numa situação excepcional, como por exemplo de armadilha da liquidez.

Esta é uma situação na qual a demanda por moeda é perfeitamente elástica em relação à taxa de juros, isto é, o público, diante da incerteza em relação ao futuro, prefere reter moeda, independente do nível da taxa de juros da economia.

A síntese neoclássica foi assim denominada a partir da interpretação de Hicks sobre a Teoria Geral em “*Mr. Keynes and the classics: a suggests interpretation*”, escrito em 1937. Hicks trata a análise keynesiana e clássica a partir de uma estrutura teórica similar.

Para ele, quando a economia keynesiana se encontra na armadilha da liquidez, variações na demanda por moeda dependem exclusivamente do nível de renda, ou seja, o desemprego involuntário de Keynes surge porque a política monetária não consegue modificar a preferência pela liquidez dos indivíduos. Desse modo, o nível de renda permanece inalterado. Hicks conclui que

“a teoria geral do emprego é a economia da depressão”, por causa da possibilidade da rigidez na taxa de juros.

Dentro da literatura de “neoclassização” da teoria keynesiana há uma outra análise, menos debatida, chamada desequilibrista e interpretada por Patinkin. Ela trata o princípio da demanda efetiva

⁵ FERRARI FILHO, F. Keynesianos, monetaristas, novos-clássicos e novos-keynesianos. Uma leitura pós-keynesiana in Sicsu, J. e Lima, G. (org). A macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e keynesianismo.

de Keynes em contexto na qual a economia se move, ao longo do tempo, de uma situação de equilíbrio parcial para uma de equilíbrio geral. A posição de equilíbrio inicial é relacionada à existência de falhas de mercado, oriundas da inflexibilidade de preços e salários, que acabam impondo restrições de quantidades, demandadas ou ofertadas.

Em suma, Patinkin estrutura sua interpretação na idéia de que o desemprego involuntário é explicado como decorrência da rigidez de salários no mercado de trabalho. As flutuações cíclicas nos níveis de produto e emprego estão relacionadas ao fato de que os preços se ajustam lentamente para equilibrar oferta e demanda.

Posteriormente a Patinkin outros autores interpretam os modelos de desequilíbrio baseados nas imperfeições do mercado de trabalho entre eles Barro e Grossman, Benassy e Malinvaud.

Em suma, esta seção pretendia mostrar que a síntese neoclássica surgiu como uma opção à teoria clássica, porém com a incorporação de algumas conclusões keynesianas. Para isso, eles utilizam a proposição keynesiana de que o desemprego involuntário existe, mas o tratam como um caso particular da teoria clássica, isto é, ele ocorre numa situação excepcional, como por exemplo de armadilha da liquidez.

3.3.2 A contra-revolução keynesiana

Os monetaristas tornaram-se um dos principais críticos da análise keynesiana. Nesta visão, liderada por Friedman, o princípio da demanda efetiva de Keynes é substituído pela Teoria Quantitativa da moeda na explicação das oscilações do produto e do emprego. Para esta corrente, a moeda é extremamente importante na economia, seja porque ela afeta os níveis de produto e emprego no curto prazo, seja pelo fato de que o estoque de moeda provoca modificações no nível de preços no longo prazo.

Friedman entende que a teoria keynesiana não tem uma explicação monetária para a crise. As bases para sua interpretação são duas questões: as limitações da política monetária e como as autoridades monetárias devem conduzir a política monetária.

A resposta à primeira questão baseia-se na hipótese de taxa natural de desemprego. Para o autor, os agentes econômicos otimizam suas funções de preferência, tendo como referência suas expectativas sobre a dinâmica do nível de preços da economia. A previsão ótima do nível de preços no futuro é o próprio comportamento dos preços observados no passado. Esta é a hipótese das

expectativas adaptativas. Para o autor a economia tende a se manter na taxa natural de desemprego, se as expectativas forem confirmadas.

Por exemplo, se a estratégia adotada pelos *policy makers* for expandir a taxa de crescimento da oferta monetária, a taxa de juros de imediato reduzirá. Os gastos da demanda agregada, consumo e investimento principalmente, crescem, obrigando as empresas a demandarem mais trabalho. Este aumento na produção gera um aumento no nível de preços. Como os agentes formam suas expectativas de modo adaptativo, logo perceberão este aumento inflacionário e reivindicarão aumentos salariais. Assim, a demanda por trabalho volta a cair e o equilíbrio no mercado de trabalho é restaurado.

Em resumo, variações na taxa de desemprego ocorrem porque os agentes não conseguem prever a inflação futura. Entretanto, com o passar do tempo, a partir da revisão de expectativas, a inflação esperada pelos agentes tende a se ajustar à inflação corrente. Como resultado disso, o nível de emprego retorna à sua taxa natural de desemprego.

Este modelo defendido por Friedman e os monetaristas é criticado pela teoria novo-clássica. Esta teoria faz uma crítica aos modelos keynesianos e monetaristas utilizando-se de um racionalismo exacerbado.

De acordo com Dathein (2000)⁶, para a visão novo-clássica os agentes formam expectativas e agem da melhor forma possível, usando as informações disponíveis e completas e não necessariamente as informações do passado. Esta é a chamada hipótese das expectativas racionais.

Dada a Hipótese de Expectativas Racionais e a perfeita flexibilidade do mercado de trabalho basta que a política anunciada pelo governo tenha credibilidade para que a inflação tenda a zero sem que a taxa de desemprego se eleve acima da taxa natural. Para eles não há inércia na definição de preços e salários, isto é, mesmo que haja inflação, basta que o governo lance uma política monetária compatível com inflação zero, os agentes refarão suas expectativas.

A crítica novo-clássica à visão keynesiana é de que esta não conseguiu prever nem explicar a estagflação mundial da década de 70. Para eles, todo desemprego é entendido como voluntário já que os trabalhadores se inserem no mercado de trabalho de acordo com o processo de otimização da função de utilidade dos trabalhadores.

⁶ DATHEIN, Ricardo, O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e sua interpretação pela teoria econômica: as abordagens neoclássicas, keynesianas e shumpeterianas.

Instituto de Economia

No que diz respeito a crítica ao modelo de Friedman, os novo-clássicos acreditam que o valor esperado de uma variável não é necessariamente uma função estável de seus valores passados. É neste ponto que eles introduzem a hipótese de expectativas racionais.

Em suma, esta visão entende que as políticas de gestão do nível de demanda agregada não têm impacto na determinação de nível de equilíbrio da economia que se encontra na sua taxa natural de desemprego. Segundo eles, as flutuações dos níveis de produto e emprego são temporárias e se devem a choques exógenos de oferta que implicam em mudanças nos preços relativos da economia ou a informação imperfeita.

Assim, ao se focar na oferta agregada, a teoria novo-clássica se assenta nos postulados neoclássicos tradicionais, como *market-clearing*, ausência de custos de transação, existência de mercados completos e agente representativo. A diferença está na forma de objeção de informações e na existência de informações imperfeitas

Esta visão prega que a política monetária só tem efeitos reais imediatos se for imprevista. De outro modo os agentes podem reagir antecipadamente para minimizar os efeitos da política.

3.3.3 A teoria novo-keynesiana

A teoria novo-keynesiana foi desenvolvida a partir da década de 80 e é uma tentativa de apresentar uma estrutura fundamentada em princípios microeconômicos da macroeconomia keynesiana, sendo, ao mesmo tempo é um questionamento da visão novo-clássica. De acordo com ela, a questão central da teoria de Keynes é a rigidez de preços e salários. As implicações dessa rigidez nos níveis de produto e emprego são a essência da teoria novo-keynesiana.

Amitrano (2004) mostra que ao invés de considerar o *market clearing* em todos os mercados, como os novo-clássicos, os novo-keynesianos supõem que o mercado de trabalho possui uma tendência ao desequilíbrio, derivada de fundamentos microeconômicos como a inflexibilidade do salário nominal. Esta inflexibilidade pode ser explicada pelos modelos de salários de eficiência, contrato implícito e *insider-outsider*.

O modelo de salário de eficiência supõe que o salário pago pelas firmas aos trabalhadores afeta a produtividade do trabalho. Assim, qualquer proposta de redução de salário visando diminuir custos, tem como efeito direto a queda da produtividade e, conseqüentemente, do lucro. Assim, as firmas evitam reduzir salários e podem pagar salários acima do de equilíbrio.

Os modelos de contrato implícito supõem que, como os trabalhadores são avessos ao risco e têm acesso limitado ao mercado financeiro, às firmas oferecem um seguro contra a incerteza da renda futura dos trabalhadores, como forma de estabilizar o poder de compra de seus salários. Se os contratos de trabalho são negociados conforme esta regra, os salários reais, quaisquer que sejam as flutuações nos níveis de produto permanecem relativamente estáveis.

Pelo modelo *insider-outsider*, o mercado de trabalho é constituído por trabalhadores empregados, os *insiders*, e desempregados, os *outsiders*. As firmas e os trabalhadores têm um acordo informal que impede a redução dos salários, seja pelo fato de que a substituição de *insiders* por *outsiders* pode acarretar em custos de treinamento seja porque os *insiders* têm o poder sindical para evitar demissões e reduções de salários.

Enfim, a teoria novo-keynesiana tenta encontrar consistência teórica para os problemas de falhas de mercado, mostrando assim como os agentes econômicos otimizam seus comportamentos sob tais imperfeições. A proposta novo-keynesiana é utilizar a racionalidade microeconômica neoclássica e elaborar os fundamentos da rigidez de preços e salários, que se justificam pela existência da concorrência imperfeita e falhas de coordenação, para explicar flutuações econômicas e desemprego.

3.4 TEORIA DO EMPREGO PÓS-KEYNESIANA

A partir do lançamento da Teoria Geral, várias outras visões surgiram para tentar interpretá-la, como foi mostrado até aqui. Algumas vezes estas interpretações distorciam a teoria de Keynes e a desviavam para uma rota na qual “verdades neoclássicas” eram introduzidas. Tanto os keynesianos da síntese quanto os monetaristas e novo-clássicos reconstruíram a teoria keynesiana macroeconômica reintroduzindo antigos axiomas que Keynes lutou para negar. Como mostrou Davidson (2003)⁷, a visão pós-keynesiana surgiu com o intuito de resgatar a teoria keynesiana em sua forma mais original. Eles questionam e refutam as críticas às proposições e às prescrições econômicas de Keynes.

Davidson (2003) defende que os pós-keynesianos tratam o tempo como histórico e não como lógico, como a maior parte da teoria econômica. Eles destacam as noções de que o processo de produção leva tempo, o investimento resulta em variações na capacidade produtiva, e de que a compra de ativos se dá com base na expectativa dos agentes de geração de renda no futuro.

⁷ DAVIDSON, P. Resgatando a Revolução Keynesiana in in Sicsu, J. e Lima, G. (org). A macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e keynesianismo

Instituto de Economia

Os pós-keynesianos, na análise de Davidson (2003), atribuem à noção de incerteza um papel central no pensamento econômico keynesiano. Os agentes tomam decisões num contexto de incerteza, podendo formar idéias sobre resultados prováveis. O pensamento neoclássico por tratar da incerteza como risco, reduz a incerteza a probabilidades subjetivas, e as decisões, com base em tais distribuições de probabilidade, dependem da certeza com que acreditaram nelas.

As decisões para Keynes dependem de inúmeras influências que tendem a criar instabilidade, e esta, por sua vez, produz mais incerteza. Diante desta incerteza os indivíduos podem preferir reduzir a compra de ativos menos líquidos, como investimento, e preferir ativos financeiros de curto prazo, reduzindo assim a demanda agregada. Neste contexto se explica o desemprego.

Davidson (2003) deixa claro que para os pós-keynesianos é fundamental a importância que Keynes atribui ao dinheiro. Seu uso pode ser considerado como uma resposta à incerteza, uma maneira de adiar a tomada de decisões. Sem esta incerteza não haveria necessidade de reter moeda, exceto para transações normais. A existência do dinheiro está nas bases do desemprego causado pela deficiência de demanda. A moeda para Keynes não é neutra e afeta a tomada de decisões relativas às variáveis reais.

Os pós-keynesianos acreditam que o conceito de equilíbrio não é um instrumento útil e pode ser enganoso. O equilíbrio, conceito central na teoria neoclássica, é um artifício inapropriado se aplicado à análise da realidade. As economias capitalistas são inerentemente instáveis e não tendem para um estado tranqüilo de equilíbrio, portanto, o desemprego é uma situação comum numa economia monetária orientada pelas leis de mercado.

Esta visão pós-keynesiana reconhece que pode haver muitas falhas na estrutura de Keynes e que os tempos deram origem a novos e diferentes problemas. Mas, reconhecem que, embora o modelo keynesiano não seja tão completamente desenvolvido e preciso quanto o neoclássico, Keynes criou um sistema teórico diferente, que reflete de modo correto as características do mundo econômico real. Os pós-keynesianos acreditam que é melhor desenvolver um modelo que reproduza as características do mundo econômico em que vivemos do que refinar e polir um modelo preciso, mas irrelevante. Desse modo, a partir dos fundamentos lógicos do mundo real de Keynes, os pós-keynesianos estão tentando elaborar uma análise que resolva os problemas econômicos da atualidade.

Em resumo, a teoria pós-Keynesiana faz uma releitura da Teoria Geral retomando assuntos como a incerteza. É a tentativa de aplicar os conceitos de Keynes na realidade atual.

¹¹ BRESSER-PEREIRA, L.C. (2003) Macroeconomia do Brasil Pós-1994. *Análise Econômica*, setembro de 2003.

4. CONTEXTO MACROECONÔMICO DO PERÍODO

Uma questão igualmente relevante para a análise deste trabalho é a caracterização do cenário macroeconômico do período delimitado. Partindo de uma visão keynesiana, na qual o mercado de trabalho é influenciado pelos mercados monetário e de bens, será feita a exposição do modelo macroeconômico adotado no período.

A partir de 1994 houve uma mudança brusca no sistema macroeconômico brasileiro. O Plano Real logrou, através de um mecanismo de neutralização da inércia, controlar a alta inflação (Gráfico 2) que impedia o desenvolvimento do país desde 1980 (Gráfico 1). Neste mesmo ano, porém, o próprio plano desencadeou a desestabilização do balanço de pagamentos com a valorização do real ocorrida nos seis meses que se seguiram à introdução da nova moeda, enquanto a taxa de juros básica do Banco Central era mantida em nível extremamente alto (Gráfico 3).

Gráfico 1

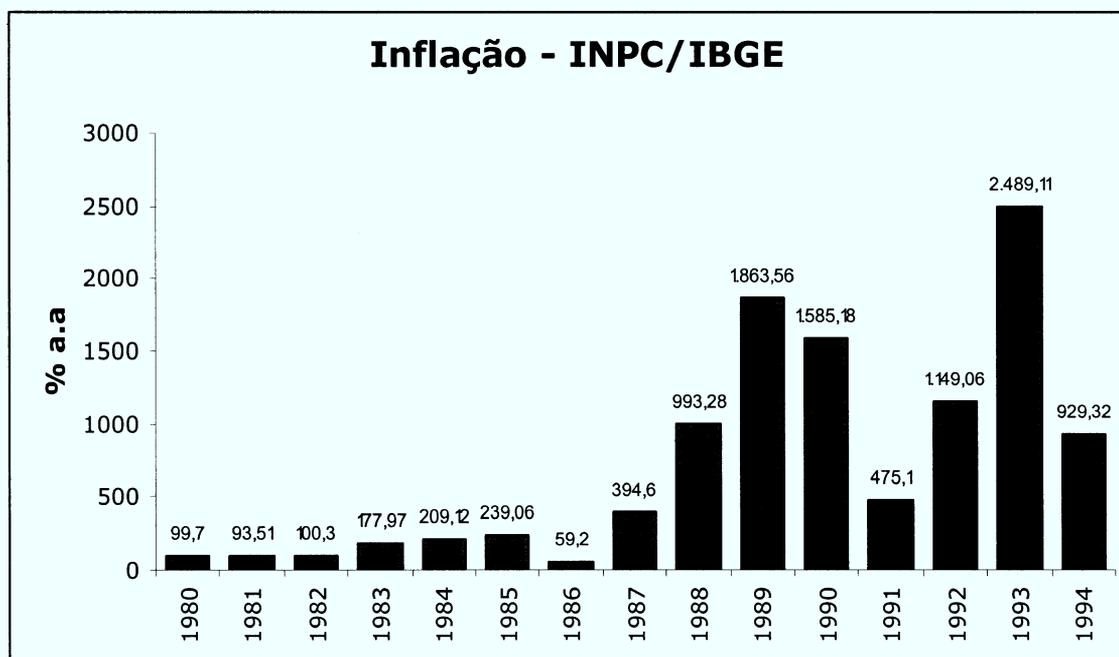


Gráfico 2

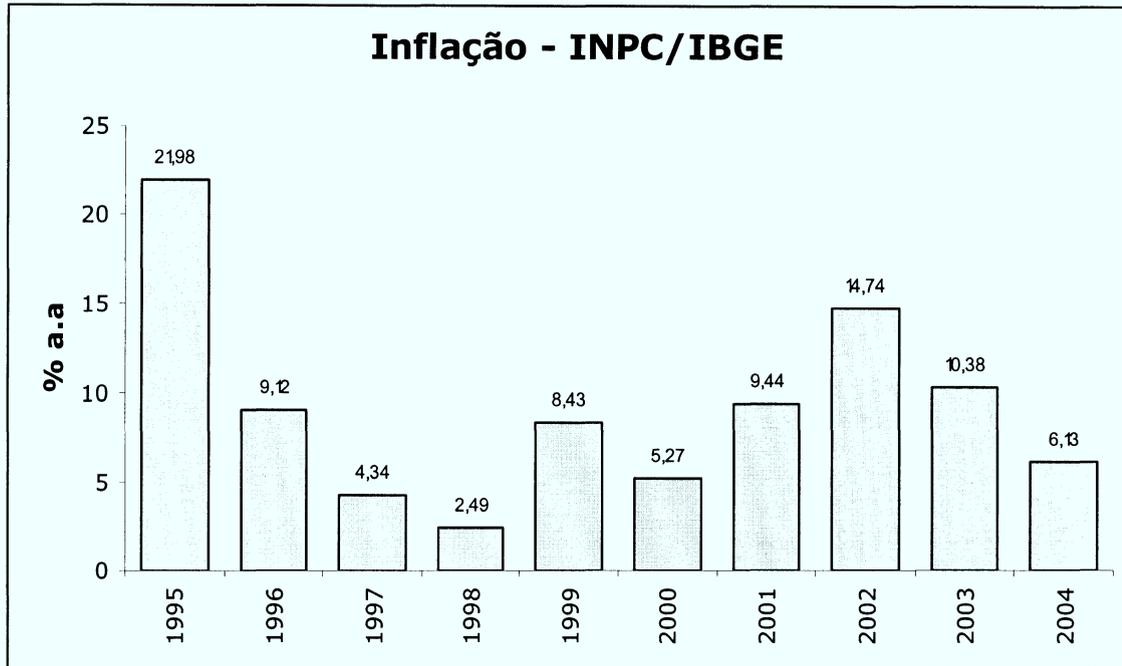
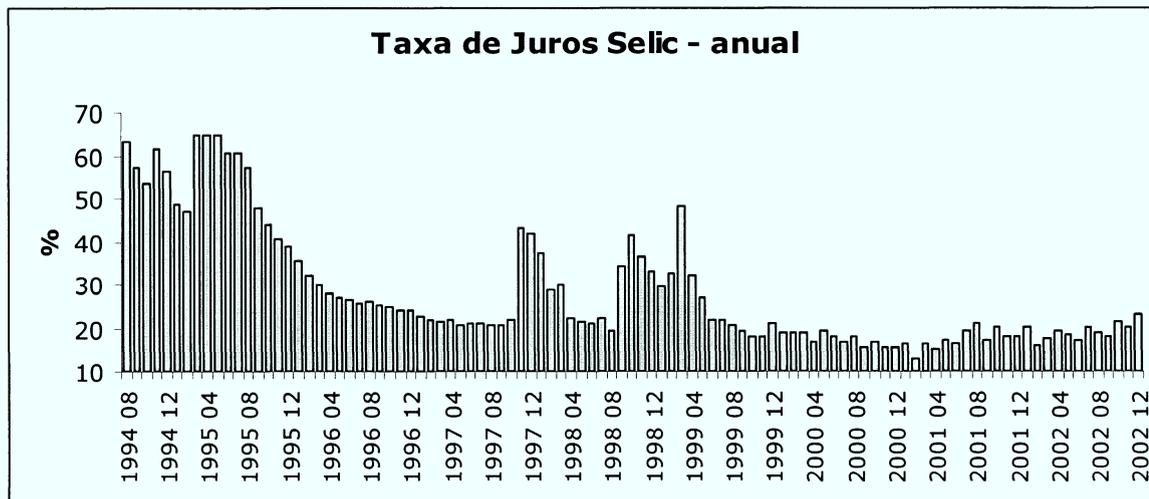
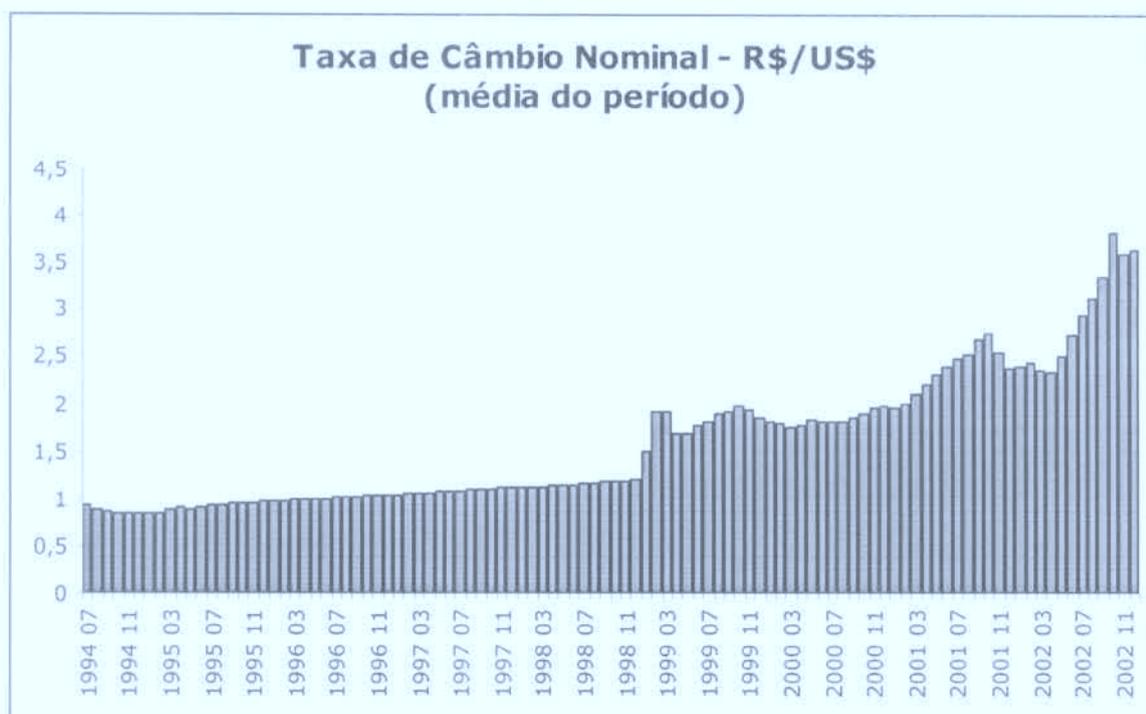


Gráfico 3



04/10/2004

Gráfico 4



Assim, segundo Bresser-Pereira (2003)¹¹, a partir de janeiro de 1995, configura-se um novo quadro macroeconômico para a economia brasileira, e tem início uma nova política fiscal e monetária. Esta política se mantém até o segundo governo FHC, quando mudanças significativas ocorrem na política econômica.

Esse novo quadro apresenta as seguintes características em relação aos quatro preços macroeconômicos básicos: taxa de inflação baixa, elevada taxa de juros, taxa de câmbio valorizada (Gráfico 4) e taxa real de salários crescendo com a valorização e caindo com a desvalorização cambial de 1999.

A política macroeconômica do período, de acordo com Bresser-Pereira (2003), tem caráter ortodoxo convencional, de modo que a estratégia de crescimento teve como base o recurso à poupança externa, e controle da inflação através de política fiscal rígida, elevada taxa Selic que também auxilia na atração de capitais e na redução da taxa de câmbio.

A combinação do quadro macroeconômico com a política conservadora levou a insustentabilidade do déficit público e do déficit em conta corrente, acompanhado de elevado nível de desemprego e semi-estagnação da renda por habitante entre 1994 e 1999.

O uso da taxa de câmbio como instrumento de combate à inflação, abertura da economia às importações, a abertura financeira externa e a adoção de políticas de estímulo à entrada de capitais externos permitiram a estabilização dos preços.

A política cambial caracterizou-se pela semiparidade entre o real e o dólar, através das bandas assimétricas, o chamado *crawling peg*, isto é, banda de flutuação com teto fixo e sem piso definido. O governo utiliza as reservas internacionais para controlar o câmbio.

Com isso o governo assume o compromisso com uma trajetória do câmbio sacrificando a possibilidade de utilizá-lo como instrumento de equilíbrio do balanço de pagamentos. A função da política cambial passou a ser a de contribuir para a convergência da inflação doméstica à inflação internacional. Assim, os preços internos ficam reprimidos e os reajustes dos bens *tradeable* ficam disciplinados.

A preocupação com a expansão da demanda agregada foi combatida com política monetária restritiva através de elevações da taxa de juros. Esse aumento aliado à liberdade de mobilidade de capitais leva a um excesso de divisas no mercado de câmbio, o que facilita a manutenção da taxa de câmbio valorizada.

A política fiscal teve como pressuposto a tentativa de solucionar o déficit público, visto pelos formuladores do plano como uma das maiores causas da inflação. Desse modo, pode-se dizer que o governo mantém uma política fiscal contracionista baseada, principalmente, na elevação da carga tributária.

As conseqüências deste modelo de estabilização logo apareceram. A deterioração da balança comercial, devido à elevação das importações aconteceu numa velocidade fulminante. A deterioração da balança de serviços também foi significativa e decorreu do aumento das despesas com juros, remessas de lucro e despesas com viagens internacionais. Isso levou à deterioração da conta corrente. Neste contexto, uma taxa de crescimento do PIB que garantisse a queda do desemprego levaria à deterioração das contas externas.

As políticas de ajuste e financiamento dos desequilíbrios externos engendrados pelo Plano Real provocaram problemas internos na economia brasileira como diminuição nas vendas domésticas, elevação das despesas financeiras e desemprego.

O contexto econômico do período de 1998/2002 é ainda mais nebuloso. A crise cambial de 1999 fez com que a política macroeconômica sofresse mudanças. As políticas monetária, fiscal e cambial mudaram a partir de 1999.

Instituto de Economia

A política cambial passou de câmbio fixo com *crawling peg*, associada à alta apreciação, para uma política de câmbio flutuante, associada ainda a uma taxa de câmbio valorizada, mas em menor grau.

A política fiscal passou a ter como objetivo perseguir crescentes superávits primários de modo a reduzir a relação dívida/PIB. A explicação para isto era o perfil da dívida brasileira essencialmente de curto prazo e as taxas de juros aplicadas no país que impulsionavam seu crescimento. Isto gerava um risco de insolvência, o que fazia com que investidores exigissem taxas de juros ainda maiores.

A política monetária passou a ser responsável pelo controle de preços através da manutenção da demanda agregada. Num período de elevação de preços é possível reduzir a demanda através de elevações sistemáticas da taxa de juros básica da economia. Desse modo, um desaquecimento na demanda provoca redução dos preços.

Após esta caracterização da política econômica pós-99 é possível avaliar seus resultados. A taxa de câmbio voltou a se valorizar devido às taxas de juros muito elevadas que atraem capitais de curto prazo, pressionando-a para baixo. Em 2001, quando houve uma primeira redução de fluxo de capitais e uma tendência à depreciação do câmbio, o Banco Central voltou a elevar a taxa de juros para combater a inflação decorrente do câmbio elevado e, à custa do equilíbrio externo, conseguiu provisoriamente manter o câmbio baixo.

Em 2002, porém, quando o risco crescente de *default* associou-se à incerteza em relação ao novo governo, desencadeou-se uma crise no balanço de pagamentos. O câmbio depreciou-se chegando, em um processo de claro *overshooting*, até a R\$ 3,80 por dólar. A inflação novamente se acelerou. As tentativas do governo, desta vez, fracassaram, e foi só depois do socorro do FMI associado à adoção pelo governo Lula de uma política ortodoxa convencional, com taxas de juros reais básicas que chegam a certo momento a 16 %, que o crédito voltou.

O país viveu então um período de baixo crescimento do produto e uma taxa de desemprego chegando a 13% da força de trabalho. Apesar disto, o crédito internacional se restabeleceu, ocorrendo a retomada dos fluxos financeiros externos em busca de remuneração elevada. O risco-país, que crescera violentamente caiu para menos de 800 pontos, a taxa de câmbio que chegara a R\$ 3,80 no final de 2002, valoriza-se, chegando a julho de 2003 a cerca de R\$ 2,80, o que poderia dificultar, no futuro, a obtenção de equilíbrio do balanço de pagamentos.

A inflação medida em termos dos índices de preço ao consumidor que chegara a atingir 18% cai devido menos à política de juros e mais ao esgotamento da bolha inflacionária, causada pela depreciação do câmbio anterior. Após esta queda, a inflação se manteve neste patamar mais baixo.

O FMI liberou uma linha de crédito ao país e fez exigências de política macroeconômica. A taxa de câmbio passou a ser o instrumento responsável pelo equilíbrio no balanço de pagamentos e a taxa de juros o instrumento de combate à inflação. O regime de metas inflacionárias define a taxa de inflação a ser perseguida pelo governo.

Por fim, é importante tratar da caracterização do mercado de trabalho brasileiro no período, já que nos anos 90 houve mudanças expressivas, seja devido ao processo de abertura econômica e reestruturação produtiva, seja devido ao modelo de política econômica caracterizado nesta seção. Num primeiro momento, este processo causou impactos relevantes no mercado de trabalho, um deles é que a taxa de desemprego se desvinculou do comportamento cíclico da economia. A questão do desemprego foi colocada em destaque entre os analistas já que cresce sistematicamente ao longo da década.

5. MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NA DÉCADA DE 90

A década de 90, no Brasil, caracterizou-se pelo crescimento acelerado das taxas de desemprego e sua manutenção em patamares elevados. Ao mesmo tempo, deterioraram-se as condições de trabalho, com expansão de contratos fora dos marcos legais, extensas jornadas de trabalho, modificações na legislação trabalhista, entre outros. As causas e as conseqüências dessas alterações serão estudadas nos próximos itens.

De uma maneira estilizada, pode-se dizer que, sobretudo até a década de 70 havia uma visão, até certo ponto consensual, de que o crescimento do emprego era unicamente função do crescimento econômico. Entretanto, a década de 90 contradiz esta visão já que ocorreu um descolamento das duas taxas. À luz destas mudanças, trataremos da nova dinâmica do mercado de trabalho brasileiro na década de 90.

5.1. CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

As peculiaridades do mercado de trabalho brasileiro, que por definição, é marcado por uma forte heterogeneidade e por uma dimensão muito excludente, foram bem explicadas por Medeiros (1992)¹². Para o autor, o mercado de trabalho brasileiro atual é, em todas as suas características, fruto do processo de evolução da industrialização brasileira.

¹² MEDEIROS, C.A. Industrialização e Regime Salarial na Economia Brasileira: Os Anos 60 e 70

Desta forma, o berço desta heterogeneidade e exclusão, que o marcam, foi consolidado na estrutura produtiva vigente a partir da década de 60. Esta estrutura sofreu inúmeras mudanças até os dias atuais, entretanto para o escopo deste trabalho é importante fazermos uma breve análise das décadas de 60 e 70, que marcam o divisor de águas do mercado de trabalho no Brasil.

Uma importante característica do mercado de trabalho brasileiro é que o desenvolvimento econômico não conseguiu suprimir a sua heterogeneidade e seu aspecto excludente. O processo de industrialização, que se iniciou a partir da década de 30 mostrou-se incapaz de homogeneizar a estrutura social e o período de crescimento econômico da década de 60 potencializou as características concentradoras do mercado de trabalho.

Ao longo dos anos 60 houve uma melhora na taxa de desemprego, se comparado com a década de 50. Esta melhora ocorre em função da maior taxa de crescimento do emprego urbano, mas, principalmente, do baixo ritmo de crescimento da população urbana. Apesar desta melhora, características como assalariamento em massa, baixos salários, repressão sindical e flexibilidade do emprego se mantêm durante toda a década.

Em relação ao regime salarial, vários modelos foram adotados durante o período, mas em geral não garantiam a recuperação do salário real dos trabalhadores. Mesmo quando a economia estava no auge do seu crescimento, na década de sessenta, a repressão política do regime militar conseguiu fazer com que os trabalhadores não partilhassem dos ganhos de produtividade ou tivessem maiores condições de reivindicar salários maiores.

Outra característica destacada por Medeiros é que no pós-64, o mercado de trabalho tornou-se mais flexível, dada a existência de um grande contingente de força de trabalho desqualificada. Assim, o aumento da concorrência entre os trabalhadores pouco qualificados e o entrave à ação sindical promoveram uma grande diferenciação entre os salários.

Em resumo, pode-se dizer que até a década de 80 aconteceu a manutenção de taxas de desemprego baixas, porém com as características concentradoras do mercado de trabalho brasileiro. A partir da década de 80, a taxa de desemprego aumenta sistematicamente e as condições de trabalho se deterioram ainda mais, principalmente devido ao aumento da informalidade. Esta nova dinâmica do mercado de trabalho que se inicia na década de 80 e se prolonga por todos os anos 90 será tratada a seguir.

5.2. A NOVA DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NOS ANOS 90

A análise de Amadeo, E. (1998)¹³ mostra que a década de 90 foi um período de mudanças no Brasil seja pela transformação mundial seja pelas novas demandas da sociedade brasileira. Se por um lado estas mudanças se mostraram positivas já que permitiram aumentar a eficiência, garantindo ganhos de produtividade necessários para o crescimento da economia brasileira, por outro lado mudaram a própria natureza do chamado capital e trabalho e trouxeram importantes impactos sociais.

As mudanças na organização da produção intra e extrafirma, de alguma maneira, alteram as formas de uso do trabalho. Isto faz com que a problemática do emprego esteja associada à discussão da reestruturação econômica. Do ponto de vista quantitativo, a reestruturação implica a adoção de um conjunto de inovações de técnicas organizacionais que, em geral, diminuem o emprego alocado no processo produtivo (Costanzi, 2004)¹⁵. Pretende-se mostrar neste trabalho, que a introdução de novas tecnologias, num primeiro momento, levam a uma redução no nível de emprego, mas este tende a se estabilizar posteriormente. O aumento do desemprego observado na década de 90 tem uma relação mais estreita com a política econômica restritiva adotada pelo governo FHC do que com a mudança na organização do trabalho.

Pode-se argumentar que a reestruturação econômica afeta o mundo do trabalho na medida em que força uma mudança nas relações de trabalho no sentido de torná-las mais flexíveis e menos regulamentadas. O trabalho passa a ser o elemento que gera o dinamismo nas corporações através das habilidades, conhecimentos e experiências dos trabalhadores.

Outro fator característico da década de 90 e que influenciou no mercado de trabalho foi a intensificação da concorrência nos diversos mercados. Não é possível generalizar, mas pode-se argumentar que no caso brasileiro, diante das novas condições de concorrência, sistematicamente as empresas recorreram à adoção de estratégias adaptativas no que diz respeito ao uso do trabalho. Tais estratégias visavam fundamentalmente adequar as estruturas de custos à nova realidade concorrencial, através do corte de pessoal e terceirização de atividades.

Os ganhos de produtividade obtidos a partir de estratégias deste tipo tendem a ser identificado como perversos, pois a redução do emprego total observada no curto prazo, dificilmente irá se

¹³ AMADEO, E. Mercado de Trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. OIT, 1998

Instituto de Economia

recompor no longo prazo. Além disso, como em alguns setores, parte dos ganhos de produtividade decorre do crescimento do percentual de componentes importados, esta situação de vazamento da demanda tem impacto sobre o adensamento das cadeias produtivas e conseqüentemente compromete a capacidade de geração de emprego (Posthuma, 1999)¹⁶.

Enfim, observa-se à presença de um processo de reorganização produtiva que permite aumentos do produto com estabilidade ou queda do nível de emprego. Essa evolução divergente entre os dois agregados deve ser associada ao processo de reestruturação da base produtiva que já vinha ocorrendo desde os anos 80 e que ganharam impulso na década de 90, com a adoção de uma nova política econômica ancorada numa decisão de abertura externa rápida e abrupta com eliminação de parte da capacidade produtiva de segmentos de atividade.

Os impactos dessas mudanças foram inúmeros, mas podem ser resumidos em dois grandes blocos:

- Realocação da força de trabalho: há uma transferência da mão-de-obra da indústria para os serviços e do trabalho assalariado para autônomo. Isto joga para o desemprego e para as atividades não formais contingentes importantes de força de trabalho.
- Aumento expressivo do número de pessoas ingressantes no mercado de trabalho e um aumento na demanda por trabalhadores mais qualificados.

Este movimento de subcontratação de trabalho, conseqüência do processo de reorganização produtiva e da política econômica restritiva, faz com que as atividades formais passem a ter, de maneira crescente, relações produtivas com o setor informal, fazendo com que a elevação do produto não seja mais acompanhada pelo incremento do nível de emprego formal (Ulyssea, 2005)¹⁷.

Em decorrência disso o setor informal deixa de ser identificado apenas com “estratégia de sobrevivência”. Parte do setor continua sendo conformada por essa forma de atividade, onde a baixa produtividade é dominante, mas, o setor passa a incorporar, de maneira progressiva, atividades com maior nível de produtividade e vinculação com o segmento formal. No entanto, estas atividades não deixam de ser precárias, pois muitas vezes a terceirização força o rebaixamento do preço do serviço ou da produção subcontratada.

15 Ver COSTANZI, R.N. (2004) Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2003) e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda. *Texto para discussão IPEA, nº 1039, setembro de 2004.*

16 Ver POSTHUMA, A.C. Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade – Brasília: OIT e TEM; São Paulo: Ed.34,1999

17 ULYSSEA, G. (2005) Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Texto para discussão IPEA, nº1070, fevereiro de 2005.*

Em síntese, a nova dinâmica econômica reconfigurou os diversos segmentos da estrutura produtiva e as relações que eles estabelecem entre si, bem como induz uma perda progressiva da importância do trabalho assalariado, a manutenção de um desemprego em patamar elevado e a ampliação significativa das formas não assalariadas de trabalho ou daquelas assalariadas não regularizadas legalmente (Dedecca, 1998)¹⁸.

Após esta discussão da nova dinâmica do mercado de trabalho é importante partir para análise dos dados. Isto requer um exame cuidadoso da dinâmica de oferta e demanda de trabalho já que a partir desses componentes são determinados a taxa de desemprego e os salários.

A evolução da oferta de trabalho varia de acordo com a tendência demográfica do país e o desempenho da economia. Apesar da taxa de crescimento da população brasileira estar caindo sistematicamente nesta década, o aumento da oferta de trabalho se origina das elevadas taxas de crescimento populacionais do passado.

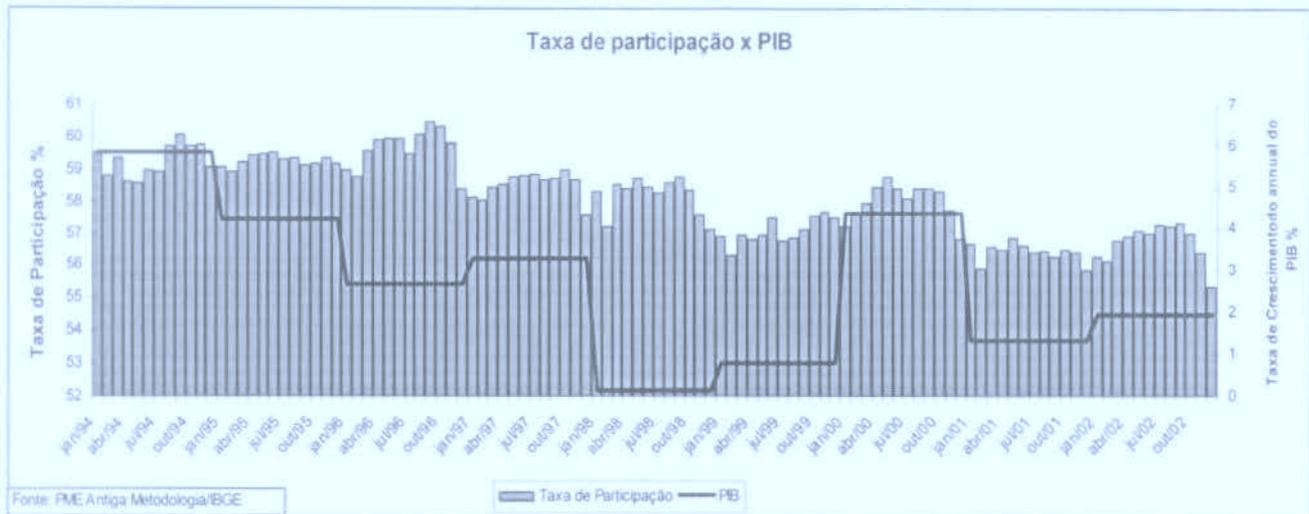
O desempenho da economia influi na oferta de trabalho na medida em que atrai a população ao mercado de trabalho, isto é, num momento de crescimento econômico quando há grande demanda por mão de obra há uma atratividade em entrar no mercado de trabalho.

Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE, mostram a evolução da oferta de trabalho no Brasil no período estudado, de 1994 a 2002. O gráfico mostra a evolução da taxa de atividade que representa a relação entre o número de pessoas economicamente ativas e o número de pessoas em idade ativa num determinado período de referência, isto é, mede a proporção da população em idade ativa que está efetivamente ofertando seu trabalho. Pode ser percebido que esta taxa varia com o desempenho econômico, já que em períodos de crescimento econômico, como o período de 1994 a 1997 a taxa de participação é maior do que em períodos como 1998 e 1999.

A atratividade do mercado de trabalho aparece em queda no período, saindo de um número próximo de 60 % para um número próximo de 55%. Isto pode ser explicado, em parte, pela postergação do jovem à entrada no mercado de trabalho já que preferem ficar mais tempo na escola e em cursos de preparação já que as empresas têm demandado maior qualificação.

¹⁸ Ver DEDECCA, C.S. (1998) O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil. *Revista de Economia Política*, v.18, janeiro/março

Gráfico 5

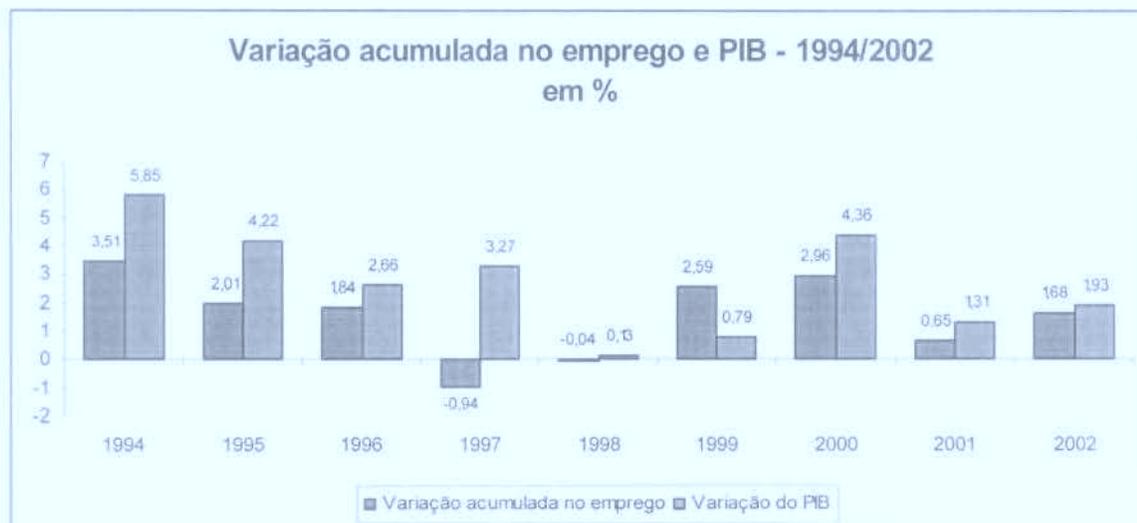


Partindo para análise da geração de empregos algumas questões parecem importantes. Dados do IBGE mostram que entre 1994 e 2002 o número de postos de trabalho na economia brasileira aumentou pouco mais de 15%, como pode ser percebido pelo gráfico abaixo. Ou seja, verifica-se um aumento de aproximadamente 1,8% ao ano. Entretanto, os anos de 1997 e 1998 foram caracterizados por estagnação na geração de postos de trabalho.

Outro dado importante que é possível perceber a partir desse gráfico é que a variação de postos de trabalho é sempre inferior ao crescimento do PIB, no período estudado. Isso comprova que o problema da geração de postos de trabalho está ligado, além da falta de dinamismo da economia, em fatores ligados ao funcionamento do mercado de trabalho, como o rápido crescimento da produtividade do trabalho.

Além da questão quantitativa da geração de trabalho é relevante analisar as características do emprego que vem sendo gerado. Partindo dos dados da PME do IBGE em relação à distribuição de vagas por setor da economia, pode ser observada a queda na participação do emprego industrial de 20,2% para 15,4% do total. Enquanto isso o emprego nos serviços tem mostrado elevação na participação, de 49% para 56%. O comércio manteve-se estável em 15%. Estes números refletem tendências semelhantes às observadas em outros países em desenvolvimento.

Gráfico 6

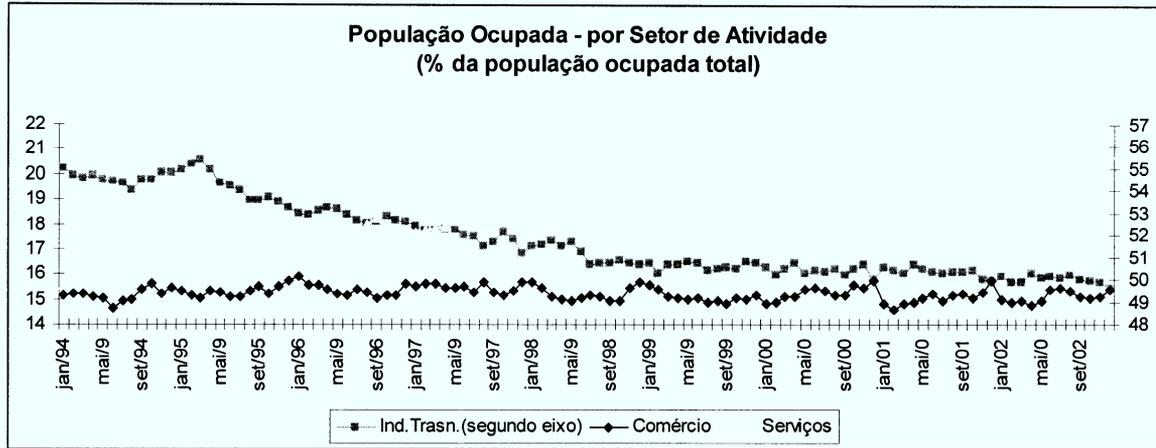


Esta fragilização da estrutura ocupacional pode ser explicada pela intensificação dos esforços de reestruturação das empresas ao longo da década de 90. Isto determinou o aprofundamento de uma nova dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro. O uso crescente de estratégias de racionalização e terceirização de atividades implicou perda de importância do trabalho assalariado no mercado de trabalho, em especial nas atividades industriais, bem como o aumento da participação relativa de autônomos e empregadores nas atividades terciárias.

Uma outra questão que pode ser explicativa é que o setor industrial é o que apresenta maiores ganhos de produtividade neste período através da introdução de novas tecnologias. Isso expulsou um grande volume de mão de obra do setor. Entretanto, o baixo crescimento na indústria merece ser analisado com detalhe, já que é consequência de transformações ocorridas no setor e serão analisadas nas próximas seções.

Para completar o quadro de mudanças, o perfil de qualificação exigido da mão-de-obra vem se alterando também. Diante dos processos de modernização e racionalização empreendidos, as empresas buscam selecionar e manter em sua estrutura ocupacional os trabalhadores com melhor perfil de escolaridade. A contraface deste movimento vem sendo a exclusão dos trabalhadores menos qualificados, que para não assumirem uma posição de desemprego aberto vem se inserindo de forma mais precária em segmentos menos dinâmicos da atividade econômica. Cresce, em função disso, o conjunto de trabalhadores com pouquíssimas chances de retornar a uma condição formal de inserção.

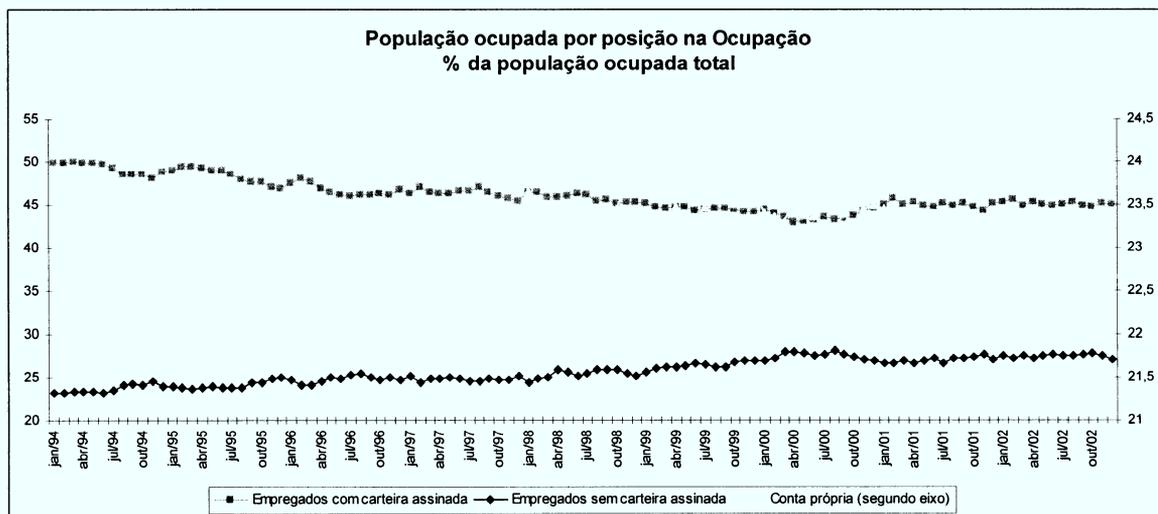
Gráfico 7



Fonte: PME/IBGE

Quanto à distribuição de vagas por posição na ocupação pode-se perceber que há uma redução na participação da ocupação com carteira assinada (passa de 50% para 45%) em detrimento da ocupação sem carteira assinada (de 23% para 27% do total da população ocupada) e conta própria (de 21% para 23%).

Gráfico 8

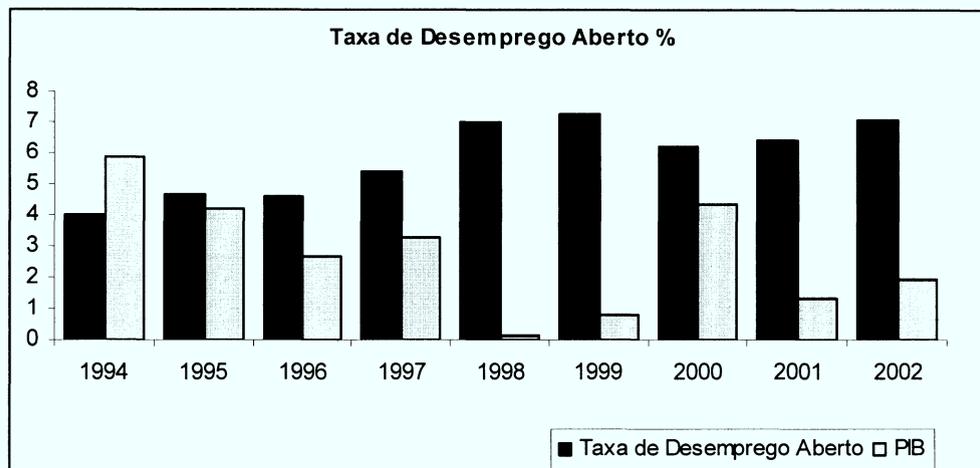


Fonte: PME/IBGE

Instituto de Economia

Em relação ao nível de ocupação, o período foi marcado pelo aumento do desemprego, atribuído ao pequeno crescimento da ocupação, que não conseguiu atender à demanda da PEA e pelo crescimento da precariedade das relações de trabalho nos mercados de trabalho das regiões metropolitanas. Dados da PME do IBGE comprovam esta afirmação. A taxa de desemprego aberto, mensurada pela antiga metodologia, saiu de um valor próximo de 4% em 1994 para próximo de 7% em 2002.

Gráfico 9



Fonte: PME/IBGE

Os dados da PED realizada pelo DIEESE, para a região metropolitana de São Paulo, mostram que o desemprego retrocedeu ligeiramente entre 1993 e 1995, para voltar a crescer a partir de então. O pior período ocorreu entre 1998 e 1999. Pode-se notar que a taxa de desemprego aberto cresceu significativamente em todas as regiões metropolitanas analisadas. A região metropolitana com maior índice de desemprego em 1999 é Salvador, com mais de um quarto da sua população a procura de emprego (Tabela 1).

A partir de 1992, o número de desempregados na região metropolitana de São Paulo ultrapassou um milhão. Em 1999 alcançou o valor de 1.715 milhões de desempregados. Em todas as localidades pesquisadas, o desemprego aumentou para todas as classes, isto é, jovens, homens, mulheres, trabalhadores com menor nível de instrução que, tradicionalmente, já tendem a ter mais dificuldades para encontrar uma ocupação, para aqueles na faixa etária mais produtiva (25 a 39 anos), para a parcela mais madura e experiente (40 anos e mais), entre os chefes de família e até entre os que tinham níveis de instrução mais elevados (ensino médio completo ou ensino superior).

Instituto de Economia

Em relação ao setor de atuação, os dados da PED mostram que em 1999, o setor de Serviços (transporte, comunicação, serviços auxiliares de atividades econômicas, administração pública etc.) concentrava quase metade da força de trabalho, 49,6% dos ocupados, na região metropolitana de São Paulo, que concentra a maior parte dos trabalhadores do Brasil. A indústria 19,6% e o comércio 16,1% (Tabela 2). Esta tendência pode ser observado em todas as outras regiões metropolitanas.

Esta queda de mais de catorze pontos percentuais no nível de ocupação industrial é muito relevante já que esta região foi o alicerce da indústria brasileira na década de 70 e 80.

Em relação ao perfil do trabalhador pode-se perceber que a maior parte dos trabalhadores brasileiros eram jovens adultos, com idade entre 20 e 39 anos (50,5%), com menos de oito anos de estudo (59,6%), e do sexo masculino (59,7%). A baixa escolaridade da população aparecia no levantamento (59,6% não completaram o ensino fundamental), no entanto, os números também mostravam que o mercado de trabalho ignorava a realidade e exigia qualificação dos trabalhadores: 24,9% dos ocupados haviam completado o ensino médio ou ingressado em uma faculdade.

Enfim, apesar das peculiaridades de cada região metropolitana, todas elas se inseriram neste novo contexto do mercado de trabalho caracterizado pelo alto índice de desemprego e condições precárias de ocupação, como foi observado através da Pesquisa de Emprego e Desemprego, do SEADE/DIEESE.

Tabela 1: Taxas de Desemprego Total – Regiões Metropolitanas

Região	1994	1995	1996	1997	1998	1999
BH			12,7	13,4	15,9	17,9
Distrito Federal	14,5	15,7	16,8	18,1	19,4	21,6
Porto Alegre	11,3	10,7	13,1	13,4	15,9	19
Recife					21,6	22,1
Salvador				21,6	24,9	27,7
São Paulo	14,2	13,2	15,1	16	18,2	19,3

Fonte: DIEESE/SEADE - PED

Tabela 2: Distribuição dos ocupados segundo setor de atividade

	Belo Horizonte		Distrito Federal		Porto Alegre		Recife		Salvador		São Paulo		
	96	99	92	99	93	99	98	99	97	99	89	98	99
Indústria	16,1	15,3	4,3	3,8	24,2	19,0	10,0	9,3	8,3	8,1	33,0	19,8	19,6
Construção Civil	8,2	8,3	5,6	3,9	5,9	5,8	4,8	4,7	5,4	5,4	5,5	5,6	5,4
Comércio	15,1	15,0	15,2	14,2	16,3	16,9	20,7	21,5	17,9	15,9	14,8	15,7	16,1
Serviços	49,6	51,3	61,7	65,3	46,9	50,2	51,5	51,5	55,6	58,5	39,7	48,8	49,6
Serviços domésticos	10,0	10,2	11,7	11,8	6,1	7,6	9,7	9,6	10,8	10,4	6,1	8,4	8,9
Outros	0,9	0,8	104,0	0,9	-1,0	-1,0	3,4	3,4	1,9	1,6	0,9	0,7	0,4

Fonte: SEADE/DIEESE

5.3 A SITUAÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL NO PERÍODO 94/02

Um dos fatos mais marcantes referentes ao comportamento do mercado de trabalho brasileiro no período de 1994 a 2002 foi a redução significativa do emprego industrial. Os dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE mostram que, enquanto a produção industrial cresceu 2,6 % ao ano, em média, entre 1994 e 2002, o emprego industrial caiu 3,64% ao ano, em média, no mesmo período. O desempenho da economia brasileira entre 1993 e 1996 foi marcado, fundamentalmente, por uma explosão de consumo, especialmente de bens duráveis, depois de um longo período em que esteve reprimido. Embora tenha ocorrido estímulo para produção doméstica desses bens, os efeitos internos da maior demanda e produção não foram suficientes para gerar encadeamentos sobre as demais indústrias e setores da economia.

²⁴ Ver COSTANZI, R.N. (2004) Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2003) e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda. Texto para discussão IPEA, nº 1039, setembro de 2004.

O cenário de altas taxas de juros e moeda artificialmente valorizada, em um contexto de economia aberta ao exterior, fez com que as empresas localizadas no país abandonassem linhas de produto, racionalizassem a produção sobrevivente, terceirizassem parte do processo produtivo ou simplesmente montassem redes de importação de bens aproveitando-se dos antigos canais de distribuição existentes. Por outro lado, a ausência de políticas industriais capazes de fomentar o desenvolvimento tecnológico e de incentivar as exportações afasta a indústria nacional do mercado mundial, ao mesmo tempo em que a torna suscetível à invasão dos importados.

Desse modo, os impulsos dinâmicos decorrentes de uma expansão repentina da demanda, como ocorreu neste período, não foram suficientes para proporcionar demanda inter e intra industrial reduzindo os efeitos multiplicadores aos demais setores econômicos e a capacidade de geração de emprego.

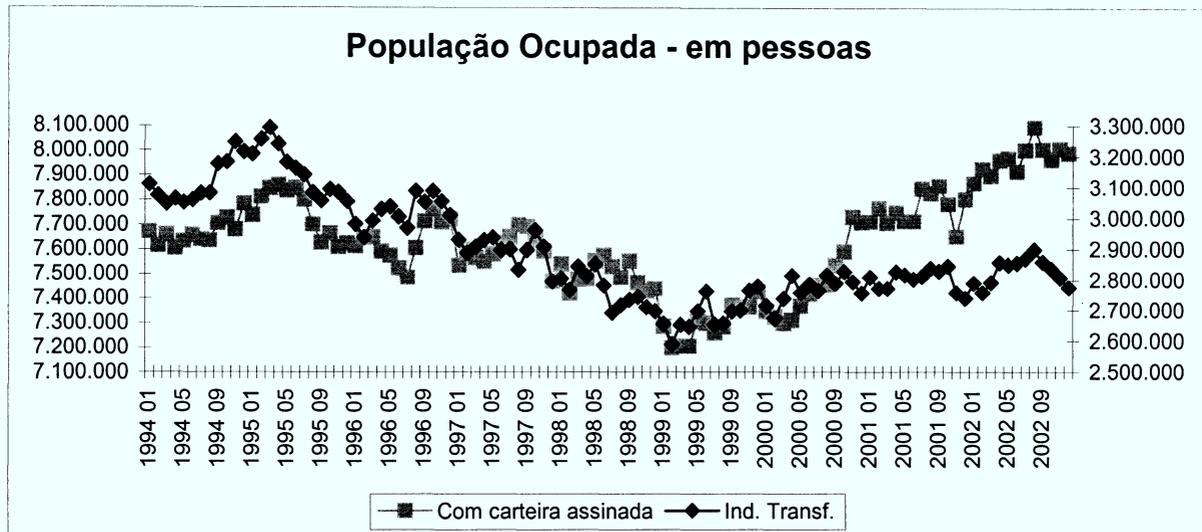
Aliado a isto, conforme aumenta a concorrência externa aumenta também a pressão por redução de custos de produção ao longo das cadeias produtivas. A consequência é a substituição de mão-de-obra por processos produtivos mais eficientes, mas não necessariamente de padrão tecnológico mais desenvolvido.

Isto explica, em grande parte, a retração do emprego industrial neste período. É também causa desta redução os vazamentos de demanda ao longo da cadeia, dada a forte penetração de insumos importados e ao esvaziamento da estrutura produtiva.

Os dados da Pesquisa Mensal do IBGE comprovam as informações anteriores. Entre 1995 e 1999 o número de pessoas ocupadas com carteira de trabalho assinada declinou significativamente, sobretudo em 1999. A comparação de fevereiro de 1995 com o mesmo mês de 1999 mostra uma queda de aproximadamente 615 mil ocupações com carteira assinada, o que representa um declínio de 7,86%. A situação é mais grave quando é analisado o número de pessoas ocupadas na indústria de transformação, a comparação de fevereiro de 1995 com o mesmo mês de 1999 revelam uma queda de aproximadamente 670 mil pessoas ocupadas neste setor, o que representa um declínio de 20,5%.

A retração dos empregos formais não representou exclusivamente a elevação da taxa de desemprego já que aumentaram os trabalhadores por conta própria, os empregadores e os assalariados sem carteira assinada. É o fenômeno da informalidade que iniciou na década de 80 e assumiu maior importância na década de 90. Entretanto, os setores de serviços e outras atividades não industriais têm limitada capacidade de compensar a perda de postos de trabalho na indústria, por isso a partir de 1997 a taxa de desemprego cresce até 1999.

Gráfico 10

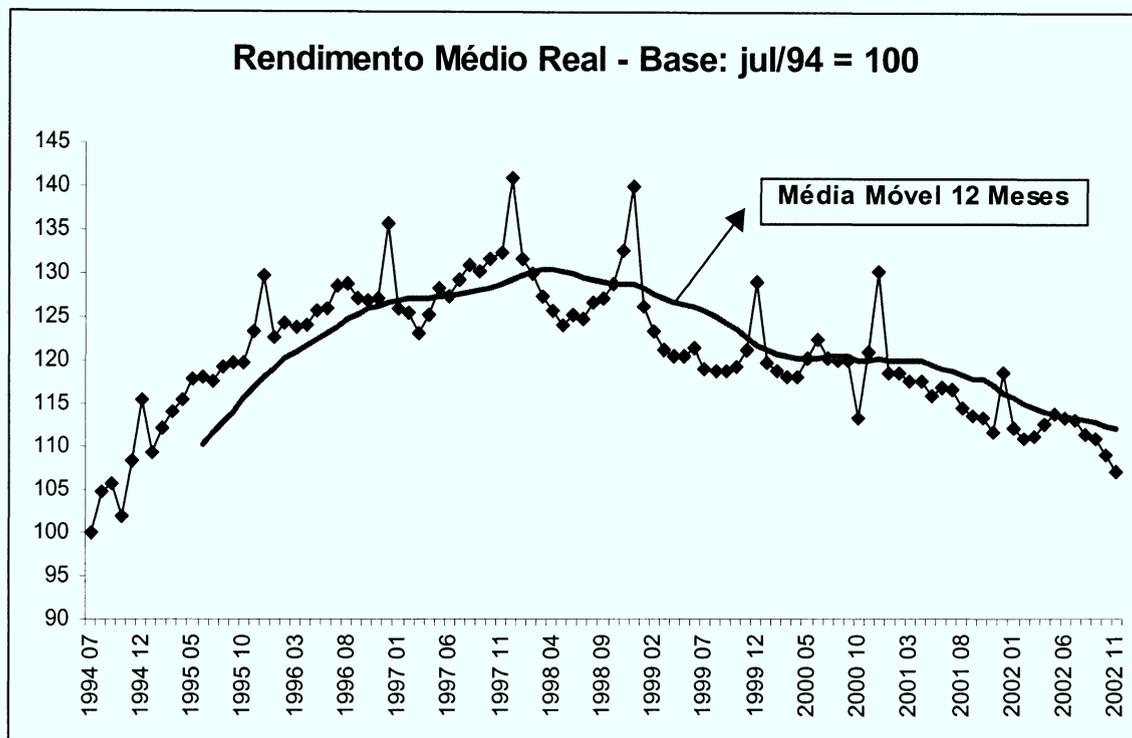


Fonte: PME e PIMES/IBGE

Esta precarização do mercado de trabalho gera alguns problemas como: a perda da proteção social e dos diversos tipos de garantias previstos pelas leis trabalhistas, perda de receita para seguridade social, perda de arrecadação pública destinada a programas sociais ou de custeio e investimento, forte sensibilidade da massa informal de rendimentos às flutuações da atividade econômica e o limite ao crescimento da ocupação informal.

Em relação aos rendimentos, os dados do IBGE mostram que os rendimentos médios reais cresceram durante todo o período, se comparados a julho de 1994. Porém, a partir do início de 1998 as taxas de crescimento declinaram acentuadamente. O fim das altas taxas de inflação, que vigoraram até meados de 1994, contribuiu decisivamente para elevação do nível de rendimentos reais, entretanto, a partir de 1998 tais efeitos positivos perderam impulso na medida em que a taxa de inflação convergiu para patamares reduzidos. Além disso, a flutuação da atividade econômica, e o crescimento das ocupações precárias em detrimento do trabalho formal contribuíram para esta desaceleração.

Gráfico 11



Fonte: PME/IBGE

Em suma, os impactos da política de *stop and go* sobre o mercado de trabalho, e sobre a capacidade de geração de empregos vêm sendo extremamente negativos, tendo em vista que os miniciclos de crescimento observados no período estudado não recompuseram a mão-de-obra expurgada nos períodos de retração, quando muito o fizeram sob formas precárias de ocupação.

O autor sugere uma lista de medidas de curto prazo para minorar o desemprego crescente:

- equacionamento de novos meios de financiamento e de estímulo a construção civil
- aperfeiçoamento do tratamento tributário as pequenas e micro empresas, particularmente no plano de estado e municípios
- capilarização efetiva do crédito em condições razoáveis e acessíveis
- programas setoriais de desenvolvimento do setor de serviços em seus diversos segmentos intensivos em emprego
- intensificação de programas de treinamento e educação dos desempregados e precariamente ocupados

5.4 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL

A tabela mostra a variação do estoque de emprego formal no Brasil no período de 1994 a 2002. Pode-se perceber que a partir de 2000 a taxa de crescimento se acelerou, representando um maior estoque de emprego formal. A década de 90, apresentou pequena variação anual do emprego formal o que pode ser explicado pela substituição do emprego formal pelo emprego informal, como foi discutido anteriormente.

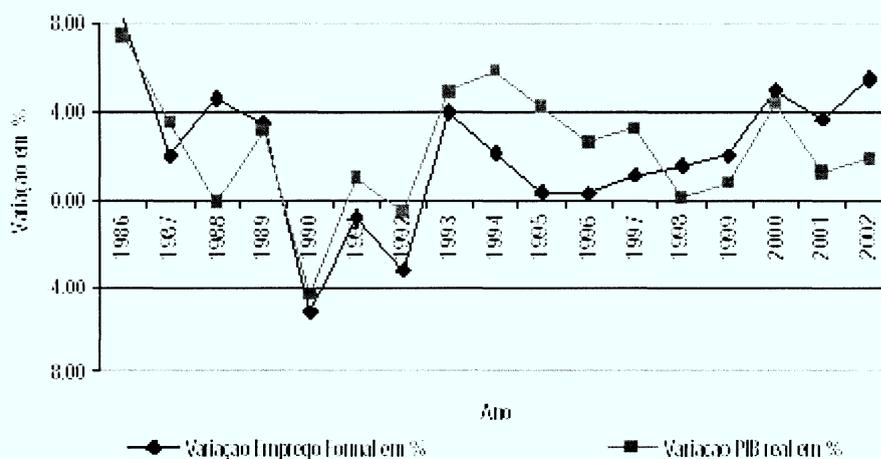
Tabela 3: Estoque de emprego formal – Brasil

Ano	Estoque de emprego formal	Taxa de variação anual %	1985 = 100	Taxa de variação média anual
1994	23.667.241	2,17	115,49	1,6
1995	23.755.736	0,37	115,93	1,5
1996	23.830.312	0,31	116,29	1,4
1997	24.104.428	1,15	117,63	1,4
1998	24.491.635	1,61	119,52	1,4
1999	24.993.265	2,05	121,96	1,4
2000	26.228.629	4,94	127,99	1,7
2001	27.189.614	3,66	132,68	1,8
2002	28.683.913	5,5	139,97	2

Fonte: RAIS, 1985 a 2002

Gráfico 12: Variação do PIB e do emprego formal

Variação do PIB real e do emprego formal – Brasil, 1986-2002



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/PIB) e Rais (emprego formal), 1985 a 2002.

Outra importante análise é a correlação entre o comportamento do emprego formal e a taxa de crescimento real do PIB (Gráfico). Pode-se observar que o crescimento econômico tem papel explicativo relevante no comportamento da ocupação formal. No período de 1985 a 2002, o PIB real cresceu a taxa de 2,3% a.a. relativamente aos 2% a.a. da ocupação formal, o que implica uma relação crescimento do emprego formal/crescimento do PIB real de 0,87, ou seja: para cada incremento de 1% do PIB real, o estoque de postos de trabalho formais cresceu 0,87% (COSTANZI, 2004).²⁴

Em relação ao emprego formal por setor, pode-se perceber que a indústria foi o setor em que o emprego formal menos cresceu entre o período 1985/2002, apenas 3,49%. O setor de serviços e agropecuária tiveram crescimento expressivos, 61,56% e 241,26% respectivamente. No total do mercado de trabalho pode-se perceber que o emprego formal cresceu 39,98%.

Tabela 4: Estoque de emprego formal por setor de atividade – Brasil

Ano	Indústria	Serviços	Agropecuária	Total
1985	6.521.917	8.671.256	333.542	20.492.131
2002	6.749.291	14.009.085	1.138.235	28.683.913
Varição 2002/1985	3,49%	61,56%	241,26%	39,98%
Varição Média Anual	0,20%	2,86%	7,49%	2,00%

Fonte: RAIS, 1985 a 2002

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir deste trabalho que a política macroeconômica caracterizada na seção 4 teve forte influência na definição do novo cenário do mercado de trabalho vigente na década de 90 no Brasil. Aliado a isso, mudanças nas estruturas das organizações produtivas também contribuíram para deterioração do cenário.

Até a década de 80, o Brasil atingiu um desempenho econômico acima da média mundial e bem acima da dos países centrais. Contudo, a partir de 1980, a economia brasileira sofre um processo de inflexão, com reflexos diretos na geração de postos de trabalho qualificados (redução dada em grande parte pela ampliação das importações, pela ausência de investimentos e pela reformulação do setor público).

Instituto de Economia

A redução de capacidade de geração de empregos nos setores econômicos mais dinâmicos, em especial o industrial, teve como contrapartidas a elevação das taxas de desemprego e o crescimento das formas de trabalho alternativas. O crescimento ocupacional dessas formas, se não acompanhado pelo crescimento da economia como um todo, tenderá a tornar cada vez mais vulneráveis as condições de trabalho e menor a capacidade de geração de renda.

Este cenário foi observado nos capítulos 3 e 4, e os dados ratificaram que as décadas de 80 e 90 representaram um divisor de águas no que se refere à situação do trabalho no Brasil. Ela foi marcada pela queda do emprego formal e estável, pelo aumento dos vínculos vulneráveis, do desemprego e da concentração de renda.

Após meio século de crescente aumento do trabalho assalariado e das relações formais de trabalho, houve uma regressão no mercado, representada pelo aumento de todas as formas de desemprego, cresce o trabalho assalariado sem carteira assinada, o trabalho de autônomos que operam em condições precárias, o emprego doméstico e a ocupação de crianças e idosos, a queda dos rendimentos reais e concentração de renda. Ao longo dos anos 90, as disparidades na renda familiar foram agravadas pelo crescente desemprego, que naquele período atingiu patamares recordes.

Mesmo a situação dos empregados se deteriorou ao longo dos anos 90 já que os contratos de trabalho fora dos marcos legais se expandiram, as jornadas de trabalho se tornaram mais extensas, e mudanças na legislação deterioraram as condições de trabalho. As novas condições aprofundaram o caráter heterogêneo do mercado de trabalho nacional. Um importante reflexo dessas mudanças é verificado com a redução da importância do emprego industrial, como foi observado no capítulo 4. A renda do trabalhador também se comportou negativamente nos anos 90 já que não acompanhou os ganhos de produtividade da economia, nem mesmo se manteve o poder de compra dos salários.

Enfim, a partir da década de 80 o mercado de trabalho brasileiro sofreu inúmeras transformações. Parte delas ocorreu devido a mudanças nas organizações produtivas e tem caráter mundial. Outra parte é consequência das políticas econômicas contracionistas adotadas no país a partir deste período. O resultado dessa união é deterioração das condições de trabalho e elevação das taxas de desemprego, como foi mostrado nas seções anteriores.

7. BIBLIOGRAFIA

AMITRANO, C.R. Desemprego nos EUA e no G-4: abordagens e evidências. IX ENEP, 2004

AMADEO SWAELEN, Edward.(1990). A teoria econômica do desemprego.

BRESSER-PEREIRA, L.C.(2003) Macroeconomia do Brasil Pós-1994. *Análise Econômica, setembro de 2003.*

CARLIN, W. e SOSKICE, D. Macroeconomics and the wage bargain. New York: Oxford University Press, 1990

CAMARGO, J.M. Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV,1996

CHAHAD, J.P. e PICCHETTI, P. (organizadores). Mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: LTr, 2003.

COSTANZI, R.N. (2004) Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2003) e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda. *Texto para discussão IPEA, nº 1039, setembro de 2004.*

DATHEIN, Ricardo.(2000) O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e sua interpretação pela teoria econômica: as abordagens neoclássicas, keynesianas e shumpeterianas – Campinas, SP.

DEDECCA, C.S. (1998) O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil. *Revista de Economia Política, v.18, janeiro/março.*

DAVIDSON, P. Resgatando a Revolução Keynesiana in in Sicsu, J. e Lima, G. (org). A macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e keynesianismo

FERRARI FILHO, F. Keynesianos, monetaristas, novos-clássicos e novos-keynesianos. Uma leitura pós-keynesiana in Sicsu, J. e Lima, G. (org). A macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e keynesianismo.

KEYNES, J.M. A teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro

MACEDO E SILVA, A.C. A economia de Keynes e a “Armadilha do equilíbrio” in Sicsu, J. e Lima, G. (org). A macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e keynesianismo – pg. 360 a 368. Ed. Manole, 2003.

POSTHUMA, A.C. Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade – Brasília: OIT e TEM; São Paulo: Ed.34,1999

ULYSSEA, G. (2005) Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Texto para discussão IPEA, n°1070, fevereiro de 2005.*

ULYSSEA, G. (2005) Instituições e a informalidade no mercado de trabalho. *Texto para discussão IPEA, n°1096, fevereiro de 2005.*

ZOCKUN, M.H. e KANNEBLEY Jr., S. As exportações e a retomada do emprego: uma análise setorial. In: CHAHAD, J.P.Z. e MENEZES-FILHO, N. Mercado de Trabalho no Brasil. São Paulo, novembro 2002.